



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



PROJETO DE LEI N.º 63 / 2006.

*Dispõe sobre as Diretrizes
Orçamentárias para o exercício de 2007.*

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PREMILINARES

Art. 1º. A elaboração do Orçamento para o exercício de 2007 abrangerá os poderes Legislativo e Executivo, seus fundo e demais entidades de Administração Direta e Indireta.

Art. 2º. O projeto de lei orçamentária anual será elaborado com a observância das diretrizes fixadas nesta Lei, dos parágrafos 5º, 6º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º. O Orçamento para 2007 conterá as prioridades da administração municipal definidas no Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 4º. O Orçamento Público apresentará a programação a ser implementada mediante a expectativa de arrecadação de tributos e outras receitas e a realização de despesas na forma e com o conteúdo programático pela legislação vigente.

Art. 5º. A receita pública será estimada de forma criteriosa e realista, nos termos preconizados pelo artigo 12 e parágrafos da L.C. n.º 101/00, considerando os seguintes fatores:

- I - comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2006;
- II - índice de participação na distribuição do ICMS, fixado para 2007;
- III - projeção da taxa de crescimento econômico para o ano 2007;
- IV - índices inflacionários correntes e os previstos até dezembro de 2007 com análise da conjuntura econômica e política do país;
- V - ação fiscal a ser desenvolvida durante o exercício de 2007 conforme programação estabelecida;
- VI - outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação, no ano de 2007, desde que devidamente embasados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



Art. 6º. A programação da despesa pública será realizada por meio de um processo de coordenação e operacionalização capaz de:

I - assegurar a realização das prioridades de governo definidas com um amplo processo de participação popular, na forma preconizada pelo artigo 48 da L.C. n.º 101/00;

II - assegurar a participação de todos os órgãos da Administração no processo de discussão e elaboração do Orçamento;

III - disseminar os conceitos e as técnicas, previstas na legislação vigente, de modo a tornar seguro que a programação contemplará as ações de intervenção e transformação da realidade, de acordo com as prioridades de governo;

IV - garantir que o processo de elaboração do Orçamento seja compatível com o Plano Plurianual e assegure os princípios de transparência e normas de gestão fiscal.

Art. 7º. Será constituída Reserva de Contingência correspondente a 1% (um por cento) da Receita corrente Líquida.

Art. 8º. Todos os órgãos, fundos e demais entidades da administração direta e indireta do Município deverão formalizar os seus respectivos programas de trabalho de acordo com os preceitos constantes da Lei Federal n.º 4320/64, da L.C. n.º 101/00 e desta Lei.

Parágrafo único. As programações elaboradas nos termos deste artigo deverão ser entregues no Departamento de Contabilidade até o dia 30 de agosto de 2006 para análise, compatibilização e consolidação do Orçamento.

Art. 9º. As entidades subvencionadas somente receberão recursos do Tesouro Municipal mediante apresentação de justificativa circunstanciada e com autorização legislativa.

Art. 10. Com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 16 da L.C. n.º 101/00, considera-se despesa irrelevante aquela com valor até R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 11. O Orçamento para 2007, a ser apresentado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, obedecerá às seguintes diretrizes especiais:

- I - equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas durante a execução orçamentária de 2007;
- II - prioridade das obras em execução sobre os novos projetos;
- III - prioridade das despesas com pagamento de pessoal e seus reflexos e com a contrapartida do financiamento de investimentos sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos, com exceção daqueles relacionados às áreas



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



de saúde e educação, respeitando-se os limites legalmente estabelecidos, especialmente aqueles fixados pela L.C. n.º 101/00;

IV - as programações constantes do Anexo I desta Lei terão prioridade especial.

Parágrafo único. As áreas habitacionais ainda não beneficiadas com o adequado ordenamento urbano e da infra-estrutura viária deverão contar, no mínimo, com a constante manutenção das áreas já existentes, por meio de desobstruções, limpeza e cascalhamento, de forma a evitar, ao máximo, a erosão, o desliz de áreas elevadas e a inutilização dos traçados viários já desenvolvidos anteriormente.

CAPÍTULO IV DAS METAS FISCAIS

Art. 12. A despesa total com o pessoal poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento) sobre o montante verificado no exercício de 2006, desde que não ultrapasse o limite fixado pela L.C. n.º 101/00.

Art. 13. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal em vigor, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 14. Os programas financiados com recursos do orçamento deverão ser avaliados mensalmente e ser objeto de incorporação clara de seus custos.

Art. 15. A dívida consolidada obedecerá aos limites fixados pelo Senado.

Parágrafo único. Os precatórios judiciais não pagos e já inclusos no orçamento em execução integrarão o total da dívida consolidada para apuração do limite referido no caput.

Art. 16. A transferência de recursos a entidades públicas e privadas deverá atender ao disposto nos artigos 25, 26 e 27 da L.C. n.º 101/00.

§ 1º. A concessão do auxílio financeiro no exercício de 2007, autorizado pelo Poder Legislativo, fica condicionado a:

- a) assinatura de convênio entre o Município e a entidade beneficiária;
- b) a apresentação de plano de trabalho e aplicação dos recursos;
- c) que a entidade seja reconhecida como de utilidade pública no âmbito do Município de Indianópolis, Minas Gerais;
- d) que a entidade beneficiária esteja quites com os cofres municipais, com a previdência social e para com o FGTS;
- e) que tenha sido prestadas e aprovadas as contas de recursos financeiros anteriormente recebidos do Município, se for o caso;
- f) prestar contas dos recursos recebidos dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados do prazo de aplicação constante do termo de convênio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



g) devolução, no prazo constante da alínea “e”, do saldo eventualmente não aplicado.

§ 2º. É vedada a utilização dos recursos concedidos como auxílio financeiro para o pagamento de despesas com pessoal.

Art. 17. Na hipótese de a arrecadação não ter o comportamento esperado, será estabelecida uma Quota de Regularização – QR –, mecanismo gerencial destinado a tornar indisponíveis determinadas dotações orçamentárias ou parte delas.

Art. 18. O sistema de avaliação e controle de custos terá como objetivos auxiliar no gerenciamento dos gastos e oferecer informações para a tomada de decisões da administração.

Art. 19. O Anexo II – Anexo de Metas Fiscais, que faz parte integrante desta Lei, deverá conter:

I - metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receita, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;

II - avaliação do cumprimento das metas do ano anterior;

III - demonstrativo das metas anuais instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

V - avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Departamento de Compras e Licitações, responsável pela elaboração de todas as etapas dos processos licitatórios e a Central de Recebimentos responsável pela conferência e armazenagem dos bens adquiridos, deverão se valer de sistemas, métodos e procedimentos administrativos que assegurem otimizar a aplicação dos recursos públicos.

Art. 21. A área de Controle Interno deverá atuar na análise e verificação dos procedimentos relativos ao processamento da receita e da despesa públicas, identificando as imperfeições de natureza organizacional, funcional ou legal e recomendando medidas de caráter preventivo e corretivo, visando à correta aplicação dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



Art. 22. É vedada a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou a qualquer despesa, ressalvadas aquelas previstas na Constituição Federal, especialmente a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, para a saúde e para a prestação de garantia às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

Art. 23. As alterações tributárias a serem propostas pelo Poder Executivo, para vigorarem a partir de 2007, deverão objetivar principalmente:

- I - ajustar a legislação tributária aos novos ditames impostos pela L.C. n.º 101/00;
- II - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III - dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário do Município;
- IV - revisar os valores das taxas, objetivando a sua constante adequação aos custos reais dos serviços;
- V - corrigir qualquer injustiça tributária constante na legislação vigente;
- VI - consolidar toda a legislação tributária do Município.

Art. 24. Os reajustes de salários e vencimentos, inclusive vantagens de qualquer espécie, não poderão ser concedidos sem que haja recurso orçamentário suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e dos acréscimos delas decorrentes, obedecido o limite fixado pela L.C. n.º 101/00.

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo somente efetuarão admissões de pessoal quando constatada a impossibilidade de prover as necessidades de recursos humanos através do remanejamento de pessoal de outras áreas da administração municipal.

Art. 26. Qualquer projeto de lei que objetive conceder ou ampliar isenção, incentivos ou benefícios de qualquer natureza tributária e financeira, gerando efeitos sobre a receita estimada para o orçamento de 2007, somente poderá ser apreciado caso revista-se de elevado alcance social e de interesse público justificado, e tenha previsão de compensação de modo a não comprometer os objetivos fixados no Anexo de Metas Fiscais integrante desta Lei.

Art. 27. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou de créditos adicionais observarão o disposto no artigo 165 e nos §3º e §4º do artigo 166 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovadas quando:

- I - forem compatíveis com o Plano Plurianual;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidem sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



- b) serviços da dívida;
- c) dotação destinada ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 28. O Poder Executivo poderá, no exercício 2007, abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) dos valores da despesa fixada na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 29. Faz parte integrante desta Lei o Anexo III – Anexo de Riscos Fiscais, em que estão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e indicadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Art. 30. O Poder Executivo disciplinará, por meio de Decreto, a execução orçamentária de 2007 no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da publicação da Lei Orçamentária de 2007, obedecidas as diretrizes orçamentárias fixadas na presente Lei e em consonância com os dispositivos da L.C. n.º 101/00.

Art. 31. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de junho de 2006.

RENES JOSÉ BORGES PEREIRA
Prefeito Municipal

Aprovado em 06/06/06
per unanimidade dos presentes

Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO I

PROGRAMAÇÕES COM PRIORIDADE ESPECIAL

1) Ampliação e melhoria da qualidade da educação básica destinada às crianças de 0 a 6 anos.
2) Melhoria de qualidade da educação básica.
3) Ação integrada para a criança, o adolescente e o excepcional.
4) Ampliação de recursos profissionalizantes.
5) Ações na área da educação de jovens e adultos.
6) Desenvolvimento de cultura, esportes e lazer, com a instalação de equipamentos junto às áreas de concentração populacional carentes de tais benefícios.
7) Ampliação dos serviços de saúde, com ênfase especial nas áreas de saúde mental, saúde do trabalhador, saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso, saúde da pessoa excepcional e vigilância epidemiológica.
8) Ampliação do atendimento ambulatorial e hospitalar.
9) Melhoria da infra-estrutura física da cidade.
10) Investimentos em saneamento básico, prioritariamente em áreas mais críticas do Município.
11) Ampliação dos investimentos no sistema de transportes, visando a uma maior racionalização e eficiência do mesmo.
12) Democratização das informações de interesse da população do Município.
13) Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de alimentos.
14) Implantação de redes de infra-estrutura urbana nas áreas mais carentes do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO II - LDO 2007

METAS FISCAIS - Art. 4º, § 1º da LC 101/2000

Receitas, Despesas, Resultado Nominal e Primário e Montante da Dívida Pública

VALORES EM R\$ MIL

Itens	Exercício de 2007		Exercício de 2008		Exercício de 2009	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
A - Receita Total Orçamentária	11.382,94		12.179,75		13.032,33	
B - Despesa Total Empenhada	11.382,94		12.179,75		13.032,33	
C - Resultado Nominal (A - B)	0,00		0,00		0,00	
D - Operação de Crédito	228,98		245,01		262,16	
E - Receitas Obtidas com Aplicações financeiras (juros e dividendos)	124,79		133,53		142,88	
F - Receitas Escriturais (anulação de Restos a Pagar)	0,00		0,00		0,00	
G - Despesas com Juros e Amortização da Dívida	297,67		318,51		340,81	
H - Resultado Primário (C - D - E - F + G)	-56,10		-60,03		-64,23	
I - Montante da Dívida Pública	753,14		805,86		862,27	
J - Relação Dívida/Resultado Primário (I/H)	-13,42		-14,36		-15,37	

Notas Metodológicas: 1 - A receita Total foi projetada adotando-se uma taxa de crescimento anual de 7% considerando a variação do IPCA/IBGE de 5% ao ano, aumento da arrecadação do ICMS ou FPM Estadual em 10%, mantido o índice de participação do município na definição da Quota-Parte do ICMS, significando uma contribuição para o crescimento da receita total de 7% ao ano.

2 - A Despesa foi projetada adotando-se uma taxa de crescimento anual de 7%, considerando a variação do IPCA/IBGE de 6% ao ano e aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, inclusive da folha de pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO II A - LDO 2007 METAS FISCAIS - Art. 4º, § 2º, I, da LC 101/2000

VALORES EM R\$ MIL

Itens	Metas de 2005	
	Valor Previsto	Valor Realizado
A - Receita Total Empenhada	8.657,50	10.941,53
B - Despesa Total Empenhada	8.657,50	8.987,96
C - Resultado Nominal (A - B)	0,00	1.953,57
D - Operações de Crédito	200,00	402,83
E - Receitas Obtidas com Aplicações Financeiras(Juros e Dividendos)	80,00	82,49
F - Receitas Escriturais (Anulação de Restos a Pagar)	0,00	0,00
G - Despesas com Juros e Amortização da Dívida	225,00	224,65
H - Resultado Primário(C - D - E - F + G)	-55,00	1.692,90
I - Montante da Dívida Pública	2.149,14	4.255,27
J - Relação da Dívida/ Resultado Primário (I/H)	-39,08	2,51

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br

ANEXO II B - LDO 2007

METAS FISCAIS - Art. 4º, § 2º, II, da LC 101/2000

Ítem	Exercício de 2004		Exercício de 2005		Exercício de 2006		Exercício de 2007	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
A - Receita Total Orçamentária	9.306,00	8.799,33	8.657,50	10.941,53	9.942,30		10.638,26	
B - Despesa Total Empenhada	7.217,50	7.851,53	8.657,50	8.987,96	9.942,30		10.638,26	
C - Resultado Nominal (A - B)	2.088,50	947,80	0,00	1.953,57	0,00		0,00	
D - Operação de Crédito	150,00	0,00	200,00	402,83	200,00		214,00	
E - Receitas Obtidas com Aplicações financeiras (juros e dividendos)	0,00	0,00	80,00	96,80	109,00		116,63	
F - Receitas Escriturais (anulação de Restos a Pagar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	





PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br

G - Despesas com Juros e Amortização da Dívida	225,00	213,44	225,00	224,65	260,00	278,20	
H - Resultado Primário (C - D - E - F + G)	2.163,50	1.161,24	-55,00	1.678,59	-49,00	-52,43	
I - Montante da Dívida Pública	1.935,68	1.935,68	4.255,27	4.255,27	1.324,31	703,87	
J - Relação Dívida/Resultado Primário (I/H)	0,89	1,67	-77,37	2,54	-27,03	-13,42	

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO II C - LDO 2007 METAS FISCAIS - Art. 4º, § 2º, III, da LC 101/2000

VALORES EM R\$ MIL

Exercícios	Alienação de Ativos		
	Origem	Valor Alienado	Valor Aplicado
2003	Bens Imóveis	12,39	12,39
2004	Não houve alienação de ativos	0,00	0,00
2005	Não houve alienação de ativos	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO II D - LDO 2007
METAS FISCAIS - Art. 4º, § 2º, V, da LC 101/2000
Demostrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Valores a serem Compensados

Discriminação	VALORES EM R\$ MIL
	Estimativa do Impacto Financeiro
Renúncia de Receita Anual IPTU - Desconto de 30% para pagamentos á vista como forma de incentivar o pagamento pelos contribuintes	12,00 a menor

Medidas de Compensação

Discriminação	VALORES EM R\$ MIL
	Valor a ser considerado na previsão orçamentária 2007
Diminuição da Receita Será considerado na previsão orçamentária	12,00 a menor



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



ANEXO III - LDO 2007
Art. 4º, § 3º, da LC 101/2000
Anexo de Riscos Fiscais

VALORES EM R\$ MIL

Contingências	Valor Estimado	Providências
Despesas Orçadas à Menor	100,00	Acompanhamento das despesas. Medidas de contenção de gastos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



MENSAGEM N.º 21, DE 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis,
Senhores Vereadores,

Encaminhamos, anexo, projeto de lei que *Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007.*

O projeto apresenta os seguintes desdobramentos: as metas e prioridades da Administração Pública Municipal; orientações para elaboração da LOA de 2007; e organização e estrutura do orçamento.

As metas para o próximo exercício estão de acordo com as necessidades do Município, já que foram definidas a partir de análise dos problemas locais. A escolha dessas metas levou, também, em consideração a situação financeira do Município, a fim de manter o equilíbrio entre receitas e despesas.

Atendendo exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, propomos que a manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão e os projetos em execução terão prioridade sobre os novos projetos.

Pelo projeto, as despesas com os serviços da dívida do Município ficam limitadas às operações contratadas e as autorizações concedidas até a data do encaminhamento da LOA.

As despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nos gastos executados no mês de julho deste ano, observando-se os limites constitucionais e legais para essas despesas.

O projeto discrimina as partes que constituirão a Lei Orçamentária, inclusive os anexos ao texto da lei.

O projeto disciplina, também, a concessão de ajuda financeira a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de subvenções sociais ou econômicas. Os critérios propostos são suficientes para assegurar que o dinheiro público só poderá ser transferido a instituições idôneas e que estejam em efetivo funcionamento.

AMARA MUNICIPAL INDIANOPOLIS - MG

Protocolo Nº 127/2006

Amaze 13/6/2006

Responsável Protocolo



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO PREFEITO

Praça Urias José da Silva, n.º 42

(34)3245-1749- e-mail: pmindianopolis@com4.com.br



Nossa preocupação também, foi a de estabelecer critérios de limitação de empenho (contingenciamento de despesas), quando o comportamento da receita for inferior ao previsto, de forma a comprometer os resultados orçamentários pretendidos.

Dentre as exigências traçadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao conteúdo da LDO está a elaboração de Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Como se vê, este projeto apresenta os requisitos exigidos por lei e constitui importante instrumento do planejamento municipal, motivo pela qual solicitamos dos membros dessa Casa a aprovação desta matéria.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de junho de 2006.

RENES JOSÉ PEREIRA BORGES
Prefeito Municipal